



RS é o segundo estado com maior número de empresas em recuperação judicial no Brasil

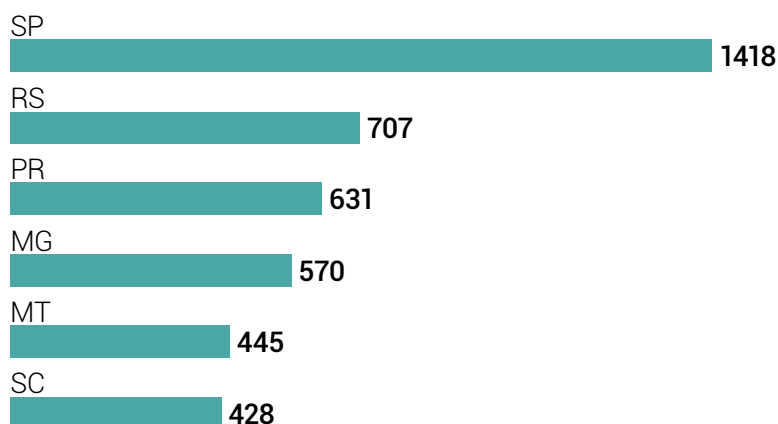
Ao fim do segundo trimestre do ano, 707 empresas gaúchas estavam nesta situação, atrás somente de São Paulo

/ ENDIVIDAMENTO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

RS tem o 2º maior número de empresas em recuperação judicial do Brasil

FONTE: MONITOR RGF-BIZDOC



O Rio Grande do Sul tem 707 empresas em recuperação judicial, o segundo maior número do Brasil, atrás apenas de São Paulo, com 1.418. O Estado também se destaca proporcionalmente: são 4,3 CNPJs em recuperação a cada mil empresas, quase o dobro da média nacional, de 2,3.

Os dados são da atualização do Monitor RGF-BIZDOC, levantamento que cruza informações dos tribunais e da Receita Federal. No País, são 6.341 empresas em recuperação judicial, das quais 11,2% estão no Rio Grande do Sul. Depois de São Paulo e do RS, aparecem Paraná, com 631 casos, Minas Gerais, com 570, e Mato Grosso, com 445.

A posição gaúcha é explicada por uma combinação de fatores nacionais, como o longo período de juros elevados, e características da economia do Estado. Entre elas, ganham destaque o peso do agronegócio e os efeitos acumulados de estiagens e enchentes.

Isso porque a agropecuária é o setor com o maior número de recuperações no território gaúcho: são 194 casos. Na sequência aparecem indústria de trans-

formação, com 172, comércio, com 131, e transporte e logística, com 62.

Sócio sênior da RGF-BIZDOC e coordenador do monitor, Claudio Damasceno destaca que a velocidade de crescimento no campo é o que mais chama atenção: no Rio Grande do Sul, o número de empresas agropecuárias em recuperação avançou 61% nos últimos 12 meses e 10,9% somente no segundo trimestre. No comércio, segundo setor com maior crescimento no acumulado de um ano, a alta foi de 18,8%.

“O que se percebe, portanto, é que o Rio Grande do Sul apresenta essa tendência de cresci-

mento das recuperações judiciais muito em função do agronegócio”, resume Damasceno. No País, o setor também chama atenção: o número de recuperações no agro avançou 66% em 12 meses.

Diretor jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Nestor Hein relaciona o cenário gaúcho à sucessão de eventos climáticos e ao acúmulo de perdas no campo. “Imagina um comércio, uma loja, que ficasse um ano sem faturar, com todos os seus custos, funcionários e insumos, sem faturar nada. Em muitos casos, zero. E isso aconteceu uma, duas,

três vezes”, compara.

Segundo Hein, as perdas de produção ainda coincidiram, em algumas culturas, com preços baixos, ampliando a dificuldade para pagar dívidas.

Os 194 casos fazem com que o Rio Grande do Sul concentre aproximadamente 17,5% das 1.110 empresas agropecuárias em recuperação judicial no Brasil consideradas pelo Monitor. A participação chama atenção porque as empresas ativas do setor no Estado representam apenas 7,3% da base agropecuária nacional utilizada no levantamento.

Professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Gustavo Inácio de Moraes contextualiza que as já citadas dificuldades do agro se somaram ao impacto dos juros elevados sobre empresas que já estavam endividadadas. “O produtor e as empresas gaúchas até se prepararam para um cenário de preços mais altos na agricultura, só que esse cenário foi acompanhado por um aumento também bastante significativo dos insumos”, explica. Os eventos climáticos acrescentaram pressão ao caixa. A enchente histórica de maio de 2024, por exemplo, exigiu recursos para recuperar instalações, equipamentos e estoques depois

de anos em que parte das empresas já havia enfrentado os efeitos da pandemia e das estiagens.

Moraes explica que juros elevados também encarecem o capital de giro e os investimentos. “Uma empresa que toma crédito para comprar equipamentos precisa obter retorno suficiente para pagar o financiamento. Quando o custo do empréstimo aumenta e a demanda ou a receita ficam abaixo do esperado, a capacidade de pagamento é comprometida”, diz.

A série histórica do Monitor evidencia essa piora recente. O Rio Grande do Sul tinha menos de 300 empresas em recuperação judicial no início de 2023 e chegou agora a 707. No Brasil, o estoque saiu da faixa de 4 mil para 6.341 no mesmo período - um salto proporcionalmente bem inferior.

E Damasceno avalia que a trajetória pode continuar nos próximos meses. “A recuperação judicial geralmente acontece alguns meses depois da inadimplência. E todos os indicadores que temos acompanhado mostram aumento do endividamento e da inadimplência tanto das pessoas quanto das empresas”, alerta o coordenador do monitor.

Hoje, com 745 casos, o Estado também carrega o maior estoque de empresas falidas do Brasil.

Médias empresas lideram casos e crédito preocupa

A abertura por porte mostra que as médias empresas formam o maior grupo em recuperação judicial no RS, com 272 casos, ou 38,5% do total. Depois aparecem as microempresas, com 189, e as empresas de pequeno porte, com 180.

Somadas, micro e pequenas representam 369 companhias e 52,2% das recuperações gaúchas. Grandes empresas respondem por 52 casos no Estado e outras 14 são classificadas como muito grandes.

O aumento das recuperações também pode produzir efeitos sobre empresas que não estão diretamente envolvidas nesses processos. Moraes explica que, à medida que cresce a inadimplência nas carteiras das instituições financeiras, aumenta a percepção de risco

e o custo dos novos empréstimos.

“Na medida em que os bancos têm uma perspectiva de rentabilidade menor e uma carteira de crédito com mais inadimplência, eles se defendem aumentando o custo dos futuros empréstimos”, diz. O professor avalia que uma reversão mais consistente do quadro passa principalmente pela redução dos juros.

No campo, Hein alerta que a dificuldade de acessar crédito pode levar produtores a reduzir o uso de insumos e, consequentemente, a produção. “Isso tudo vem em prejuízo da economia do Rio Grande do Sul. Aí o comércio também sofre, os serviços sofrem, todos sofrem uma reação em cadeia”, afirma.

Mas, apesar do quadro, re-

cuperação judicial não significa necessariamente falência. Levantamento da RGF-BIZDOC indica que, historicamente, cerca de 23% das empresas conseguem sair do processo, enquanto aproximadamente 11% acabam falindo e 7% ficam inativas. O caminho, entretanto, costuma ser longo: segundo Damasceno, uma companhia leva, em média, entre quatro e quatro anos e meio para concluir uma recuperação.

Para Hein, o instrumento deve ser utilizado somente em situações extremas. Antes disso, a Farsul defende renegociações que considerem a capacidade real de pagamento de cada produtor. “Não adianta dizer: ‘Vou pagar em três anos’, se ele não vai conseguir pagar”, conclui.

FÁBIO POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Agro é o setor com o maior número de CNPJs em RJ no território gaúcho